

## **DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO GOULART DURANTE COMEMORAÇÕES DO DIA DO TRABALHO EM 1<sup>º</sup> DE MAIO DE 1962**

No dia universal do trabalho não haverá local melhor para dirigir-me aos trabalhadores do Brasil. Volta Redonda é bem o marco do despertar do nosso desenvolvimento e a primeira afirmação da luta do nosso povo pela emancipação do país. Nesta comemoração sinto-me duplamente feliz, porque me encontro com os trabalhadores a quem tanto devo e ao alvo pelos quais travei todas as batalhas da minha vida política, e porque posso prestar mais um testemunho de reverência ao imortal Presidente Getúlio Vargas, o pioneiro do nacionalismo, o Comandante das primeiras batalhas pela libertação econômica do Brasil, o criador da legislação social, o estadista sereno e amigo do povo, o verdadeiro instaurador do voto livre em nossa terra e para cada um de nós, o chefe e mestre inesquecível.

Concedeu-me o destino o privilégio de presidir a execução do ato de justiça do governo anterior que deu a esta usina o nome do patrono dos direitos do trabalhador brasileiro.

É com emoção que compareço a esta solenidade, voltando meu pensamento a Getúlio Vargas, para buscar inspiração em seu gênio político e forças que me permitam seguir na defesa intransigente do povo brasileiro.

Como sabem os trabalhadores, assumi o governo em curso de uma violenta crise político-militar, que contribuiu para agravar as condições econômico-financeiras do país, dando maior intensidade ao processo inflacionário que encontrei em ritmo acelerado.

Graças ao amadurecimento político de nosso povo, a compreensão e o patriotismo do Congresso, bem como à vocação legalista de nossas Forças Armadas, o regime democrático resistiu às investidas de alguns espíritos retrógrados e acabou por cair no fortalecimento da dura prova a que foi submetido.

No calor da crise, o Congresso agiu com a presteza que o momento reclamava e criou um novo sistema de governo, que tem contribuído, pelo descortino político do Presidente do Conselho de Ministros, Dr. Tancredo Neves, e dos ministros que o integram para propiciar melhor entendimento e mais estreitas relações entre as diversas correntes políticas com reflexos positivos no desarmamento geral dos espíritos.

Agora, é chegado o momento de perguntar-se ao povo brasileiro, às classes médias e populares, aos trabalhadores em geral, especialmente aos que vivem no campo, se estão também desfrutando da mesma tranquilidade e segurança.

A minha impressão sincera é de que não. A cada hora que passa o povo brasileiro tem motivos para novas preocupações sobre o dia de amanhã. Para ele, para o povo, ainda não foram asseguradas perspectivas animadoras de tranquilidade e bem-estar.

O custo de vida continua subindo e destruindo os orçamentos populares. Esta verdade, aflitiva e cruel, chega constantemente aos meus ouvidos como o mais inquietante dos clamores.

O preço dos gêneros sobre verticalmente, inclusive, e sobretudo, os de primeira necessidade. Todos sentem que é preciso pôr um freio a isso e que as soluções claras e positivas não podem tardar.

Participando, como sempre participei, das angústias do povo, sinto que não podemos mais adiar um conjunto de medidas efetivas para vencê-las ou atenuá-las. Embora não me caiba institucionalmente a competência para tomar tais providências, devo, como mandatário do povo, participar de qualquer responsabilidade que importe melhorar as condições gerais de vida e defender os justos anseios das classes populares.

Pelo menos, quanto aos gêneros essenciais da alimentação, não é possível permitir que o seu preço continue em vertiginosa ascensão.

Seja por meio de subsídios que estimulem a produção e protejam o consumidor menos favorecido, seja pelo recurso das importações de choque, que impossibilitem a exploração de grupos exploradores ou monopolistas insensíveis à realidade, seja por intervenção pronta no mecanismo de armazenagem e da distribuição, seja por quaisquer outros meios adequados, chegou o momento de uma tomada de posição mais enérgica.

Dirijo um apelo a inteligência e ao patriotismo de todos os brasileiros que tenham qualquer parcela de responsabilidade no governo ou fora dele, especialmente os que atuam nos setores da produção e do comércio, na luta corajosa pelo combate à carestia.

O clima de pacificação política, necessário ao país e que conquistamos com tenaz esforço, precisa abrir espaço para medidas eficazes do governo e do Parlamento, sob pena de vir a ser interpretado como um entendimento de cúpula, feito sem levar em conta os interesses populares.

As medidas, providências e especialmente reformas – que o povo se habituou a identificar como reformas de base – estão sendo reivindicadas pelos trabalhadores e impostas pelo interesses nacional, e que continuam indefinidamente nos planos dos debates, conferências e da propaganda eleitoral. O espírito prático do povo já está indiferente as batalhas verbais e exige atos e não palavras.

Vencemos, com a colaboração do povo e das forças mais atuantes do país, a etapa da pacificação política. Precisamos, agora, vencer juntos a etapa das grandes reformas nacionais.

A reforma agrária não pode ser mais protelada. Ela está tão enraizada na opinião pública que mesmo as classes econômicas mais favorecidas já a apóiam, por considerá-la fator indispensável à melhoria aquisitiva do povo brasileiro e ao desenvolvimento nacional.

Há sintomas de impaciência popular neste terreno, de modo a causar apreensões. O homem do campo precisa de terras, de assistência financeira para torná-la produtiva. Devemos ir ao encontro das legítimas aspirações da população rural, ajudando a libertar-se das condições de penúria em que vivem e dando-lhes a oportunidade de participar dos benefícios da civilização industrial.

Outras reformas são também imperiosas. O sistema bancário precisa ser atualizado para assegurar uma organização de crédito e financiamento capaz de alimentar o progresso econômico do país.

A indústria, a agricultura e o comércio necessitam de créditos largamente difundidos, a juros normais para se desenvolverem e melhor contribuir para o aumento da produção nacional.

A reforma eleitoral impõe-se para tornar cada vez mais autêntica a voz do povo no Parlamento, evitando-se injunções estranhas e inadmissíveis – demagógicas ou financeiras – na formação das assembleias populares.

É indispensável a regulamentação da remessa de lucros para o exterior. Nenhum país em desenvolvimento, verdadeiramente independente, deixa de defender a sua economia e de disciplinar a aplicação interna do capital estrangeiro, que deve ser estimulado quando verdadeiramente se incorpora ao esforço nacional pelo progresso do país, não se podendo, evidentemente, adotar o mesmo critério àquele que tiver finalidade meramente especulativa, ou se converter em instrumento de espoliação da economia nacional.

Torna-se também presente a reforma tributária, que permita ao governo buscar recursos nas mãos daqueles a quem o progresso inflacionário favorece com lucros desmedidos e aplicá-los em benefício da Nação, corrigindo desigualdades excessivas, enfrentando as dificuldades orçamentárias, sem necessidade de recorrer a emissões ou outros encargos que importem em novos sacrifícios para o povo.

Se me envaidecessem as honrarias do cargo que neste momento ocupo, se pensasse em termos de conveniência pessoal, nada mais cômodo para mim do que ficar em uma posição de árbitro das situações políticas; estão em causa, porém, interesses do Brasil, e não seria lícito omitir-me do cumprimento de meus deveres. Durante quase oito meses de governo tudo fiz para desfazer ressentimentos e desconfianças, restituir o equilíbrio político do país.

Cabe agora alcançarmos o equilíbrio social, somando as forças e dividindo sacrifícios em busca de uma ordem mais justa, de uma estrutura econômica mais compatível com os interesses populares, de uma paz interna sólida e durável, a fim de que a democracia se consolide na confiança e no respeito de todo o povo brasileiro.

A caminhada pela nossa emancipação econômica com esforço, patriotismo e com a colaboração de todos, forças produtivas e classes populares, torna-se indispensável às reformas que o país tanto proclama.

Muitas dessas reformas dependem de leis ordinárias, mas muitas delas só poderão ser alcançadas se antes se reformar parcialmente a Constituição de 1946.

Não poderíamos, sem reforma constitucional, defender a ordem econômica contra certos abusos que comprometem o verdadeiro interesse nacional.

Se o atual Congresso entende que não é possível, de parte da sua última reunião legislativa, realizar a reforma constitucional, que normalmente demanda o tempo de duas sessões, estará ao seu alcance um gesto de sabedoria política, de caráter eminentemente popular, tomar a iniciativa de outorgar aos mandatários que a Nação vai eleger a 7 de outubro, poderes que lhes permitam promover esta reforma.

Tais iniciativas já haviam sido preconizadas, por vezes autorizadas, dentro e fora do Parlamento; com ela se adeririam para a próxima legislatura as possibilidades concretas de rever a nossa organização política, num clima menos apaixonado do que os primeiros dias de setembro do ano passado e ao mesmo tempo criar condições constitucionais para as reformas de base, de que dependem a reorganização da sociedade e a preservação do bem-estar social.

O povo é convocado aos prélios eleitorais, na base de sua identificação com o debate das teses que interessam ao seu destino. É natural que empenhe mais fundamento na escolha de seus representantes.

Antevendo por isso, a possibilidade de serem atribuídos poderes constitucionais ao novo Congresso, sinto que, tomada esta patriótica atitude pelos legisladores desta atual legislatura, encontraremos o caminho certo de uma eleição decisiva para os destinos do país e acredito que através dela vamos chegar às reformas tão ansiosamente reclamadas, já não só pelos trabalhadores, mas por todos os setores da vida nacional.

Cabe à Nação ouvir os seus candidatos e verificar o que pensam sobre o regime e a ordem social e escolher os homens mais representativos de seus anseios e aspirações. Nesta escolha os trabalhadores – sempre vanguardeiros de justas reivindicações de nossa nacionalidade – terão papel preponderante, já que deles, de sua luta e de seu voto, dependerão as tendências do futuro Congresso Nacional.

Quero deixar consignado neste primeiro de maio, ao falar aos trabalhadores brasileiros, o meu apelo ao

Congresso Nacional, para que complete a sua obra, deferindo ao futuro Congresso o poder de reexaminar à luz da experiência desses oito meses e da experiência bem mais vasta desses últimos quinze anos, as bases e condições do nosso regime de governo.

O presidencialismo teve defeitos e vantagens e o pouco que temos vivido no Parlamentarismo também mostra que este tem uns e outros. O tempo de hoje não é mais talvez de soluções constitucionais extremadas, mas de fórmulas sabiamente combinadas, que corrigem os excessos e se procura robustecer a autoridade, dando-lhe ao mesmo tempo limites e responsabilidades definidas.

O que queremos para o Brasil é um regime que garanta eficiência administrativa, tranqüilidade nas horas de transmissão de mandatos e segurança de que a vontade do povo será sempre respeitada.

Uma reforma da Constituição permitiria a criação de condições indispensáveis para a adoção das reformas de estruturas, que ocorreriam de maneira adequada, sem perturbação da vida nacional por questões que estão gerando uma intranqüilidade desnecessária, como, por exemplo, a da extensão do Parlamentarismo ao Estados e da possibilidade de fazerem parte do Ministério congressistas que são novamente candidatos ao Congresso Nacional.

Trabalhadores, escolhi, este encontro e o dia de hoje para manifestar o meu pensamento sobre estas questões políticas e sociais, porque foi dos trabalhadores, mais do que quaisquer outros de que recebi o mandato porque me encontro na Presidência da República e assim sendo, nada mais oportuno de que com os trabalhadores, em diálogo com eles, definir o que me parece ser, neste instante, o meu dever para com o Brasil.

Neste encontro com a classe operária brasileira, que sempre se identificou com os problemas nacionais e com as grandes causas da humanidade, considero ainda meu dever afirmar aos trabalhadores que estou na mesma trincheira em que sempre estive em todos os momentos de minha vida pública.

Nunca me faltaste com este apoio leal e decidido, nem com vossa solidariedade em todas as ocasiões necessárias. Falando na qualidade de presidente de todos os brasileiros, quero reafirmar a minha fidelidade aos princípios de justiça social, definidos por Getúlio Vargas.

Trabalhadores, ninguém nos arrancará das mãos a bandeira que Getúlio Vargas nos entregou. Continuaremos, com a ajuda de Deus, a conduzi-la com serenidade e decisão a custa dos grandes ideais que inspiraram a sua vida e a sua obra, dedicados à realização do bem comum e dos superiores interesses do Brasil.

Fonte: *O Globo*, 2 maio 1962.